

1ª. Conferencia Regional sobre Determinantes Sociais da Saúde do Nordeste

Roteiro para relatoria

Sessão temática 01: Água e Saneamento

Data: 03/09/2013

Coordenador: Maria Julita de Sá Formiga (COMPESA)

Relator: Fernanda Natasha Bravo Cruz (SGEP/MS)

Debatedores:

- Governo: Everaldo Resende Silva (FUNASA)
- Sociedade Civil: Hyperides Pereira (Sindicato de Arquitetura e Engenharia)
- Pesquisador/especialista: AUSENTE:Raquel Rigotto (UFC)

Horário de início: 14:40

Apresentação:

A primeira exposição, do Dr. Everaldo Rezende, da Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FUNASA/MS), visou apresentar o saneamento como determinante social da saúde e como política de saúde. O saneamento básico é garantido pela constituição, em seus artigos 21 (inciso XX); 23 (inciso IX); 30, (inciso V); e 200 (inciso IV). Hoje, o sentido de saneamento é ainda mais abrangente que aquele constitucionale, legalmente, as Leis 8080/90 e 11445/07 definem formalmente o tratamento do tema.

Entre os municípios brasileiros, aqueles com mais de 50.000 habitantes têm seu saneamento garantido pelo Ministério das Cidades. Os municípios com menos de 50.000 habitantes têm o saneamento atendido pelo Ministério da Saúde, por meio da FUNASA. Tais municípios representam 89% dos municípios do país, dos quais 32,2% estão na Região Nordeste. Vale mencionar, enquanto desafios, que no Brasil 82,9% da população tem acesso à rede geral de distribuição, mas que no âmbito Rural essa taxa cai para 28%. No Nordeste, 34,9% dos habitantes rurais têm acesso à distribuição de água.

A mencionada lei 11.445/07 apresenta as diretrizes da Política Federal de Saneamento básico e exige planos de saneamento básico para a prestação dos serviços. O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) é coordenado pelo Ministério das Cidades e atribui o Saneamento Rural ao Ministério da Saúde - incluindo comunidades tradicionais quilombolas, por exemplo. O setor saúde também é o responsável pela potabilidade da água. O Plansab se propõe enquanto um plano de 20 anos, com as seguintes metas de saneamento básico: abastecimento de água (rede de distribuição); esgotamento sanitário (rede coletora); resíduos sólidos (coleta direta urbana); coletas

diretas e indiretas (rural). A pactuação do plano foi, inclusive, realizada nos Conselhos Nacionais de Saúde (CNS) e de Meio Ambiente (CONAMA), observando o caráter deliberativo e democratizante dessas instituições.

A distribuição de água e o tratamento do esgoto ainda apresentam déficits, e as condições atuais de saneamento não evitam, ainda, as possibilidades de contaminação. É importante enfrentar os problemas do tratamento dos resíduos sólidos, que gera muitos problemas aos que estão em situação de pobreza. Com relação aos efeitos negativos à saúde devido aos problemas do saneamento, pode-se mencionar que ainda há casos de esquitossomose em algumas regiões, e que sabe-se que 88% dos surtos de diarreia e óbitos decorrentes são devido ao esgoto inadequado, abastecimento ineficiente e poucas medidas de higiene. Reconhecendo esses problemas, o expositor ressaltou, em seu fechamento, a necessidade de aprofundamento para uma política de saneamento de Estado, mais que de governo.

O segundo expositor, Hyperides Pereira, apresentou os recursos hídricos como infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Nordeste. O sentido de sua argumentação era o “complexo do não saber conviver” com a seca, apresentando ainda a heterogeneidade do solo, a relevância do planejamento e a importância da implantação de obras hídricas de adutoras (açudes e barragens) para levar água onde a disponibilidade hídrica é menor. Nessa direção, ele inicia sua exposição com uma abordagem comparativa com a neve canadense, a qual não geraria revolta ou seria reconhecida necessariamente como um problema. A situação é de adversidade seria contornada, no país, com feno no caso da pecuária. E a seca poderia ser combatida aqui com planejamento e água. A experiência agrícola do semiárido, que aproveita sua “estufa climática” é interessante e apresenta, como sabemos, a possibilidade de produção de abacaxi, caju e outras frutas.

Pereira explica ainda que o semiárido é uma das regiões que mais chove no mundo. O problema é que o piso não guarda água no ventre do solo, pois a geologia cristalina chega à superfície e a evaporação é três vezes maior que a média de chuvas. Os açudes seriam, então, uma saída para a evaporação, já que esta é potencializada pela superfície da bacia em contato com o sol – açudes mais fundos fariam com que o sol tivesse menos contato com a água. Um desafio a ser enfrentado seria a transformação dos açudes em adutoras.

As galerias teriam como melhor sinônimo os rins biológicos. Seriam elas as responsáveis por retirar as impurezas da água. Assim, os açudes salgados do Alagoas seriam diferentes, caso tivessem boas galerias, bons rins.

O expositor destaca ainda que a transposição do São Francisco seria um recurso de gestão para ir além da média mínima, diferente de uma necessidade imperativa. Importante sim, mas para aceder à segurança hídrica, seria fundamental a integração interna das bacias do semiárido.

As gestões atuais e futuras não podem esquecer que há 100, vimos planejando equivocadamente o semiárido, sem reconhecer a sua base física heterogênea, seu

espinhaço cristalino e mudanças na vertical e horizontal. Os diferentes solos, entre eles, não-irrigáveis e pedregosos, fazem com que o mero acesso a água seja insuficiente – tornando necessária a observação do acesso em especial à zona verde irrigável, solos bons e homogêneos (ou ilhas de manchas verdes). Mais além, essas zonas verdes deveriam ser observadas na distribuição de terras e construções.

Assim, o solo também é elemento de atenção para a integração de bacias, devendo ser percebido onde há solo fértil, para que de fato haja a integração das políticas públicas. Nessa direção, ele argumenta que açudes e barragens, além do rio que vai para o mar e de seus primeiros afluentes, para se capilarizarem e se distribuírem no território devem tomar em conta os afluentes do afluente, levando água aos solos homogêneos. A cartografia seria importante, faria parte do aperfeiçoamento dos projetos de transposição e, conforme Pereira, 30 km de adutora a cada 1000 km² seriam necessários para o enfrentamento das condições de seca com a diminuição da necessidade de carros pipa.

No encerramento, o expositor ressaltou que a situação da água no nordeste está muito carente, apresentando muitas vezes cianobactérias e a possibilidade de misturar água de esgoto à água cara da transposição do São Francisco.

Debates:

A consideração dos recursos hídricos como fundamentais para a saúde levou às seguintes observações dos participantes:

- no caso do Programa Água Para Todos, é necessário compreender a necessidade da água para além da água de beber;
- é indispensável cuidar dos reservatórios/açudes, já que estes têm virado, muitas vezes, depósitos de esgotos;
- o financiamento de projetos e linhas de pesquisas no âmbito da água e da seca são imprescindíveis, e devem ser questionados os objetivos de projetos de pesquisas voltados a interesses econômicos;
- o questionamento sobre o direcionamento de recursos públicos para temas que podem ser considerados menos relevantes, tais como os juros da dívida pública;
- é importante observar o problema da qualidade da água, não apenas da quantidade;
- água e esgoto são bases do desenvolvimento da região, e desenvolvimento não pode se traduzir meramente enquanto acesso a meios de consumo;
- o saneamento é central para a região e, para efetivá-lo e gerar dignidade, é necessária a integração de políticas públicas, e a discussão com os demais setores, sendo imperativa a capilarização da discussão inclusive com a sociedade civil;
- as políticas integradas referentes à água e ao saneamento exigem uma instituição estatal específica como coordenadora;
- uma das sugestões apresentadas é que o Ministério da Saúde se responsabilize pelos programas, para que na integração de políticas haja desinfecção que evita epidemias;
- a discussão entre as esferas federativas reflete na efetividade dos grandes projetos de recursos hídricos;

- a sustentabilidade dos projetos deve ser pensada para além dos períodos de gestão;
- é necessário eliminar as causas da indisponibilidade hídrica, com a implantação de projetos estruturantes, e não trabalhar apenas nos efeitos;
- após o PLANASA, houve muito tempo sem fazer investimento ou projeto. Há uma desestruturação muito grande. O problema é menos falta de recurso, e mais a forma estruturada de captação e execução.
- a segurança da água, sua qualidade e controle, devem ser levadas em consideração no caso da opção pela solução-alternativa do carro pipa;
- as populações rurais que tomam água do caminhão pipa não são menores que nós, que recebemos a água tratada: a solução não pode ser essa, e estamos longe de discuti-las e alcançá-las.
- é preciso garantir o direito à vida e, por conseguinte, a água deve ser garantida de fato por políticas públicas. E é isso que as políticas de saneamento querem garantir - assim, é necessário discutir saneamento como direito e não como serviço.

Horário de encerramento: 17h